

APRESENTAÇÃO

Submetemos à apreciação de V. S^a. as Demonstrações Contábeis do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul acompanhadas do Relatório da Coordenadoria de Contabilidade/Auditoria Geral do Estado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004.

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 89, inciso XVI, da Constituição Estadual, constitui a prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta, anualmente, à Augusta Assembléia Legislativa.

Integram o Balanço Geral, as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaborados em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º. 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Federal n.º. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, esta última aplicável às demonstrações financeiras das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Destarte, o Balanço Geral torna-se um instrumento legal imprescindível à sociedade, no momento em que lhe permite informações que identificam a origem e destinação dos recursos públicos, que visem melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade sul-mato-grossense, bem como o desempenho da gestão pública.

RELATÓRIO

CAPÍTULO I

1. DO ORÇAMENTO

1.1. ORÇAMENTO GERAL

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004, aprovado pela Lei nº. 2.790, de 29 de dezembro de 2003, Publicada no Suplemento do Diário Oficial nº 6.154, de 30 de dezembro de 2003, foi elaborado em conformidade com o disposto no art. 160, § 4º e no art. 161 *caput*, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004.

Além da Legislação estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo, também, aos ditames da Legislação federal, destacando-se:

- a Portaria SOF nº. 02, de 22 de julho de 1994, Ministério do Planejamento e Orçamento e suas alterações, que atualiza a classificação da despesa quanto a sua natureza.
- a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e suas alterações, que atualiza a discriminação da despesa por funções.
- a Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

A Lei Orçamentária do exercício de 2004 compreende o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado, e discrimina a despesa por unidade orçamentária, especificando os grupos de despesa, a esfera de governo, a modalidade de aplicação e as fontes de recursos.

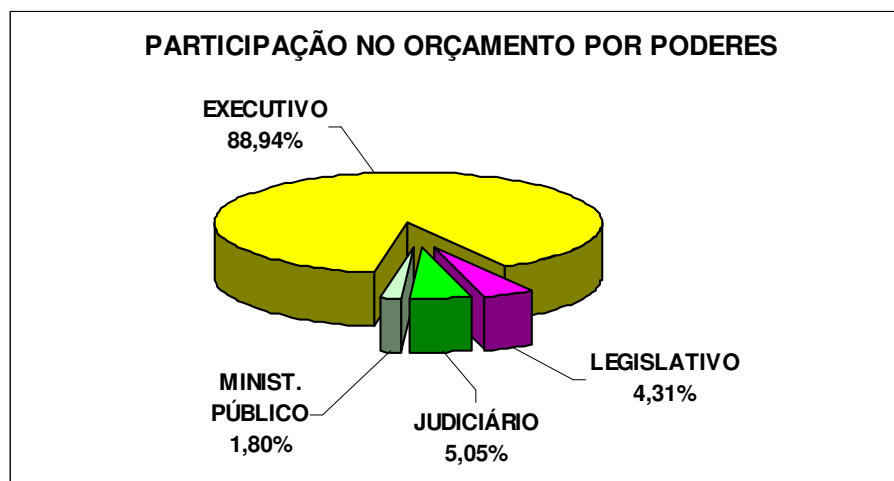
O conjunto dos orçamentos Fiscal, Seguridade Social e Investimentos estimou a receita (deduzindo-se os valores destinados ao FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização ao Magistério, de R\$ 250.764.000,00) e fixou as despesas em igual valor para o exercício de 2004 da seguinte forma:

ORÇAMENTO	R\$
- Fiscal	2.785.864.200,00
- Seguridade Social	675.396.500,00
- Investimentos	72.006.700,00
TOTAL	3.533.267.400,00

A participação no Orçamento dos três Poderes Estaduais e do Ministério Público, apresentou-se dessa forma:

PODERES	FONTES		TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS		PARTICIPAÇÃO %
EXECUTIVO	2.270.680.300,00	868.511.800,00	3.139.192.100,00	88,85
LEGISLATIVO	151.916.200,00	235.100,00	152.151.300,00	4,31
JUDICIÁRIO	159.322.400,00	19.100.000,00	178.422.400,00	5,05
MINIST. PÚBLICO	63.166.600,00	335.000,00	63.501.600,00	1,80
TOTAL	2.645.085.500,00	888.181.900,00	3.533.267.400,00	100

FONTE: SIAFEM

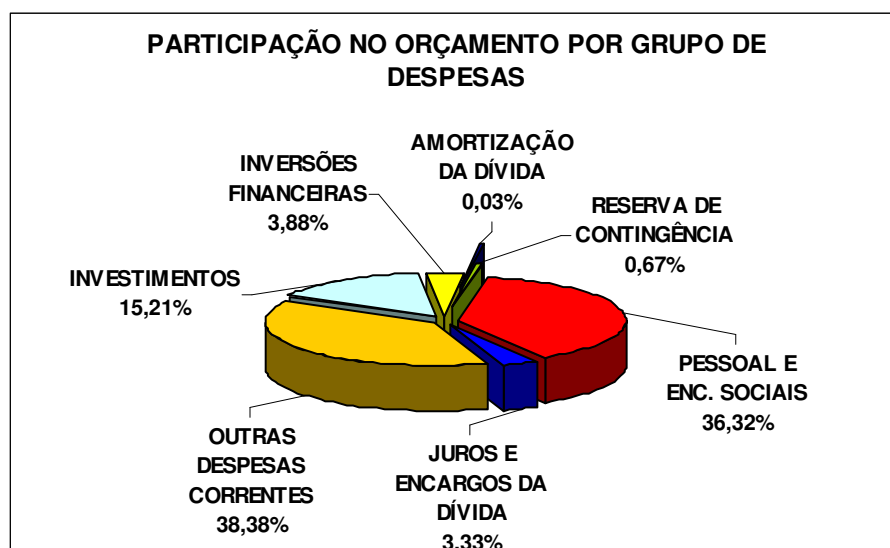


As fontes de recurso do Tesouro representam aquelas centralizadas no Tesouro do Estado e as demais fontes de receita, as de recolhimento descentralizado das entidades da Administração Indireta.

A previsão da despesa foi estruturada conforme os seguintes grupos:

GRUPO	FONTES		TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS		PARTICIPAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.087.101.400,00	273.362.200,00	1.360.463.600,00	38,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	116.700.900,00	850.000,00	117.550.900,00	3,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.070.236.780,00	285.838.100,00	1.356.074.880,00	38,38
INVESTIMENTOS	209.898.920,00	327.362.800,00	537.261.720,00	15,21
INVERSÕES FINANCEIRAS	137.056.200,00	175.100,00	137.231.300,00	3,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	370.500,00	593.700,00	964.200,00	0,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.720.800,00		23.720.800,00	0,67
TOTAL	2.645.085.500,00	888.181.900,00	3.533.267.400,00	100

FONTE: SIAFEM



1.2. ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A Administração Direta teve sua Despesa Orçamentária inicial fixada em R\$ 2.279.564.700,00, o que corresponde a 64,52% do Orçamento Geral do Estado, e compreende o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e, no âmbito do Poder Executivo, suas Secretarias, Procuradorias Gerais, além dos Encargos Gerais Financeiros de Recursos Humanos e de Patrimônio e da Reserva de Contingência.

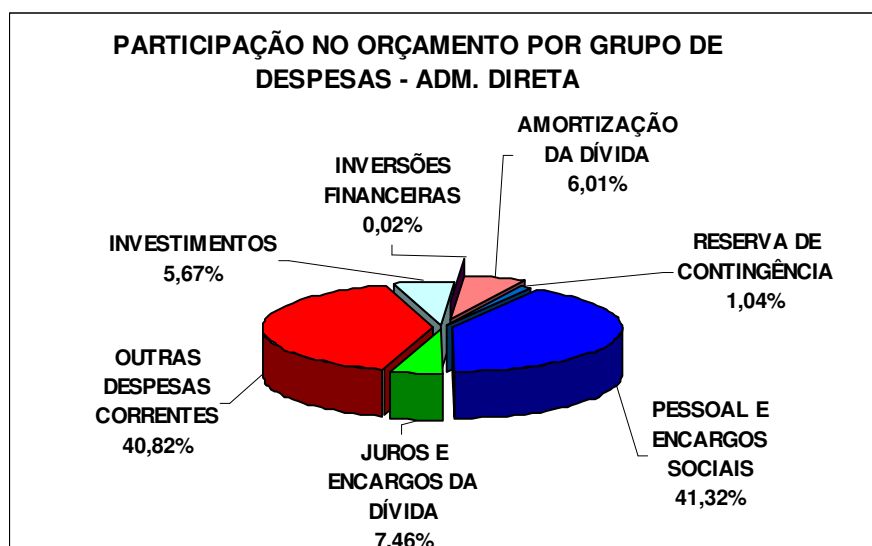
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTES DO TESOURO	em R\$ (1,00)
		PARTICIPAÇÃO %
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	99.643.100,00	4,37
TRIBUNAL DE CONTAS	52.268.100,00	2,29
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	152.222.400,00	6,68
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	63.166.600,00	2,77
SECRETARIA DE ESTADO DE COORD.GERAL DE GOVERNO	27.419.900,00	1,20
SECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA E CONTROLE	177.987.700,00	7,81
SECRETARIA DE EST DE GESTÃO PUBLICA	25.636.700,00	1,12
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	32.162.500,00	1,41
SECRETARIA DE EST. DE INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO	83.933.400,00	3,68
SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO E DO TURISMO	62.692.300,00	2,75
SECRET.DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS	3.552.500,00	0,16
SECRETARIA EST DE TRAB.,ASSIST.SOC.ECON.SOLIDÁRIA	34.772.600,00	1,53
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	400,00	0,00
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	390.781.900,00	17,14
SECRETARIA DE ESTADO DE JUST.SEGUR.PUBLICA	246.991.500,00	10,84
PROCURADORIA GERAL DA DEFENSORIA PUBLICA	16.944.600,00	0,74
ENCARGOS GERAIS FINANCEIROS DO ESTADO	749.086.900,00	32,86
ENCARGOS GERAIS DE RH E PATRIMÔNIO DO ESTADO	24.031.600,00	1,05
SECRETARIA DE EST. DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.138.000,00	0,05
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA,ESP. E LAZER	6.479.500,00	0,28
SECRETARIA DE EST.DE PLANEJ.E DE CIÊNCIA E TE	4.931.700,00	0,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.720.800,00	1,04
TOTAL	2.279.564.700,00	100

FONTE: SIAFEM

A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Grupo, conforme os dados a seguir:

GRUPO	FONTES		TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS		PARTICIPAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	941.965.000,00	-	941.965.000,00	41,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	116.700.500,00	-	116.700.500,00	5,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	930.432.480,00	-	930.432.480,00	40,82
INVESTIMENTOS	129.332.820,00	-	129.332.820,00	5,67
INVERSÕES FINANCEIRAS	358.200,00	-	358.200,00	0,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	137.054.900,00	-	137.054.900,00	6,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.720.800,00	-	23.720.800,00	1,04
TOTAL	2.279.564.700,00	-	2.279.564.700,00	100,00

FONTE: SIAFEM



1.3. ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Orçamento da Administração Indireta compõe-se pelas autarquias, fundações e fundos, regidos pela Lei nº. 4.320/64 e pelas empresas públicas, regidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº. 6.404/76.

1.3.1 Receita Orçamentária

Para o exercício de 2004, a previsão da Receita Orçamentária da Administração Indireta correspondeu a R\$ 1.253.702.700,00 equivalente a 35,48% do total da receita prevista no orçamento anual, dos quais R\$ 365.520.800,00 seriam atendidos com recursos do Tesouro do Estado.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTES		TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS		PARTICIPAÇÃO %
AUTARQUIAS				
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERV. PUB.	100.000,00	2.713.800,00	2.813.800,00	0,29
AGÊNCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL		2.500.000,00	2.500.000,00	0,26
LOTERIA ESTADUAL DE MS		1.531.500,00	1.531.500,00	0,16
AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO E EMPREENDIMENTOS	64.091.200,00	7.340.400,00	71.431.600,00	7,30
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MS	1.186.200,00	7.583.200,00	8.769.400,00	0,90
AGÊNCIA DE GESTÃO E INTEGRAÇÃO DE TRANSPORTES	531.400,00	39.233.900,00	39.765.300,00	4,06
AGÊNCIA EST. DE DEF. SANITAR. ANIMAL E VEGETAL	12.796.400,00	10.533.600,00	23.330.000,00	2,38
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MS		3.130.800,00	3.130.800,00	0,32
AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA		2.128.800,00	2.128.800,00	0,22
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE - PANTANAL	4.410.400,00	12.738.000,00	17.148.400,00	1,75
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		49.678.300,00	49.678.300,00	5,08
AGÊNCIA ESTADUAL DE ADM. DO SIST. PENITENCIÁRIO	28.915.500,00	2.190.000,00	31.105.500,00	3,18
INSTITUTO DE DESE. AGRÁRIO E EXT. RURAL DE MS	13.920.900,00	7.768.200,00	21.689.100,00	2,22
TOTAL	125.952.000,00	149.070.500,00	275.022.500,00	28,10

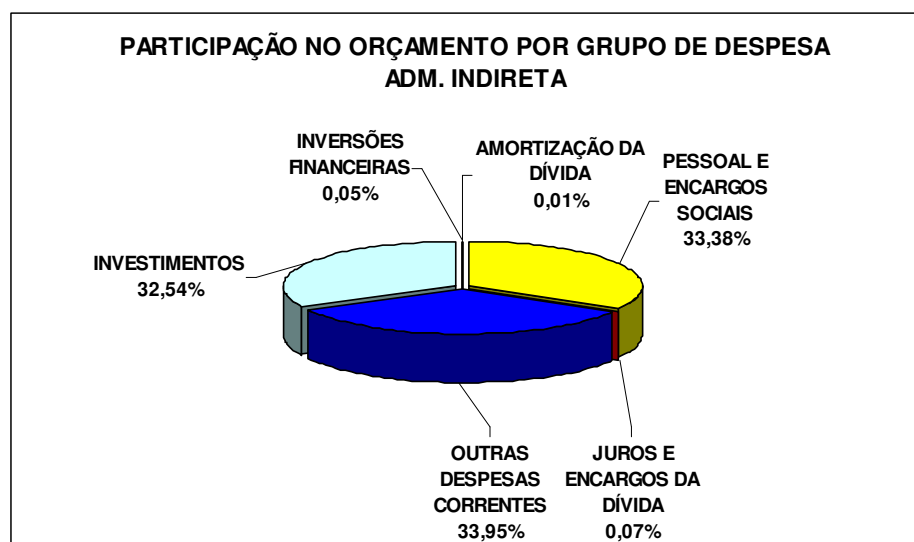
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTES		TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS		PARTICIPAÇÃO %
FUNDAÇÕES				
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MS	55.500,00	741.500,00	797.000,00	0,06
FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS	1.889.300,00	2.751.400,00	4.640.700,00	0,37
FUND.DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROF. DE MS	2.074.300,00	9.600.200,00	11.674.500,00	0,93
FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MS	36.273.800,00	15.719.800,00	51.993.600,00	4,15
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MS	1.723.300,00	93.300,00	1.816.600,00	0,14
FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MS	1.041.500,00	7.548.400,00	8.589.900,00	0,69
FUND. ESTADUAL JORN. LUIZ CHAGAS DE RADIO E TEL	3.877.100,00	264.200,00	4.141.300,00	0,33
FUND. DE APOIO E DE DESE. DO ENSINO. CIEN. TEC	7.253.900,00	4.194.600,00	11.448.500,00	0,91
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MS	33.197.200,00	1.286.400,00	34.483.600,00	2,75
TOTAL	87.385.900,00	42.199.800,00	129.585.700,00	10,34
FUNDOS				
FUNDO ESP DE DESENV MODERN E APERF DO TC MS	5.000,00	235.100,00	240.100,00	0,02
FUNDO ESP INST DESEN AP ATIV JUI ESP CIV CRIM	7.100.000,00	19.100.000,00	26.200.000,00	2,09
FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENV DO MP		305.000,00	305.000,00	0,02
FUNDO ESP EXEC DE PROGR COMB AS DROGAS AMB MP		30.000,00	30.000,00	0,00
FUNDO DESENV SISTEMA RODOVIÁRIO DO ESTADO MS		93.968.100,00	93.968.100,00	7,50
FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL		145.109.200,00	145.109.200,00	11,57
FUNDO DE DESENV E APERF DAS ATIV FAZENDÁRIA	23.868.400,00		23.868.400,00	1,90
FUNDO ESP DE APOIO AO PROGR DE AJUSTE FISCAL	7.779.100,00	39.100,00	7.818.200,00	0,62
FUNDO DE PROVISÃO DE RECURSOS		12.000.300,00	12.000.300,00	0,96
FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MS		252.933.400,00	252.933.400,00	20,17
FUNDO DE INCENTIVO A QUAL. E PRODUTIVIDADE	2.205.100,00	294.900,00	2.500.000,00	0,20
FUNDO ESP. DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO		621.000,00	621.000,00	0,05
FUNDO ESTADUAL HABIT DESENVOLVIMENTO URBANO	700,00	300.000,00	300.700,00	0,02
FUNDO ESTADUAL DE APOIO A INDUSTRIALIZAÇÃO		1.500.000,00	1.500.000,00	0,12
FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MS		2.364.300,00	2.364.300,00	0,19
FUNDO DE DEFES E REP DE INT DIFUSOS E LESADOS		200.000,00	200.000,00	0,02
FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNC. E A ADOLESCÊNCIA		11.000,00	11.000,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.444.200,00	855.400,00	2.299.600,00	0,18
FUNDO ESTADUAL DE DEFES DOS DIR DO CONSUMIDOR		170.000,00	170.000,00	0,01
FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS	99.335.600,00	67.521.900,00	166.857.500,00	13,31
FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA SSP DE MS		12.000.000,00	12.000.000,00	0,96
FUNDO ESTADUAL DE PREV FISC REPR DE ENTORPECE		500.700,00	500.700,00	0,04
FUNDO ESP P DESENV. ATIV. CENT. EST. APERF. FUNCIO		486.000,00	486.000,00	0,04
FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS		4.998.800,00	4.998.800,00	0,40
FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS DO EST. DE MS		9.373.000,00	9.373.000,00	0,75
FUNDO DE INVESTIMENTOS ESPORTIVOS		4.260.200,00	4.260.200,00	0,34
TOTAL	141.738.100,00	629.177.400,00	770.915.500,00	61,49
EMPRESAS PÚBLICAS				
EMPRESA DE GESTÃO REC. HUM. PATRIMÔNIO DE MS	3.911.300,00	1.681.100,00	5.592.400,00	0,45
EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS DE MS		579.900,00	579.900,00	0,05
TOTAL	3.911.300,00	2.261.000,00	6.172.300,00	0,49
EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA				
EMPRESA DE SANEAMENTO DE MS S/A	4.000,00	45.473.200,00	45.477.200,00	3,63
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS	6.529.500,00	20.000.000,00	26.529.500,00	2,12
TOTAL	6.533.500,00	65.473.200,00	72.006.700,00	5,74
TOTAL INDIRETAS	365.520.800,00	888.181.900,00	1.253.702.700,00	100

FONTE: SIAFEM

A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Grupo de Despesas, conforme os dados a seguir:

GRUPO	FONTES		TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS		PARTICIPAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	145.136.400,00	273.362.200,00	418.498.600,00	33,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400,00	850.000,00	850.400,00	0,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	139.804.300,00	285.838.100,00	425.642.400,00	33,95
INVESTIMENTOS	80.566.100,00	327.362.800,00	407.928.900,00	32,54
INVERSÕES FINANCEIRAS	12.300,00	593.700,00	606.000,00	0,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.300,00	175.100,00	176.400,00	0,01
TOTAL	365.520.800,00	888.181.900,00	1.253.702.700,00	100

FONTE: SIAFEM



CAPÍTULO II

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

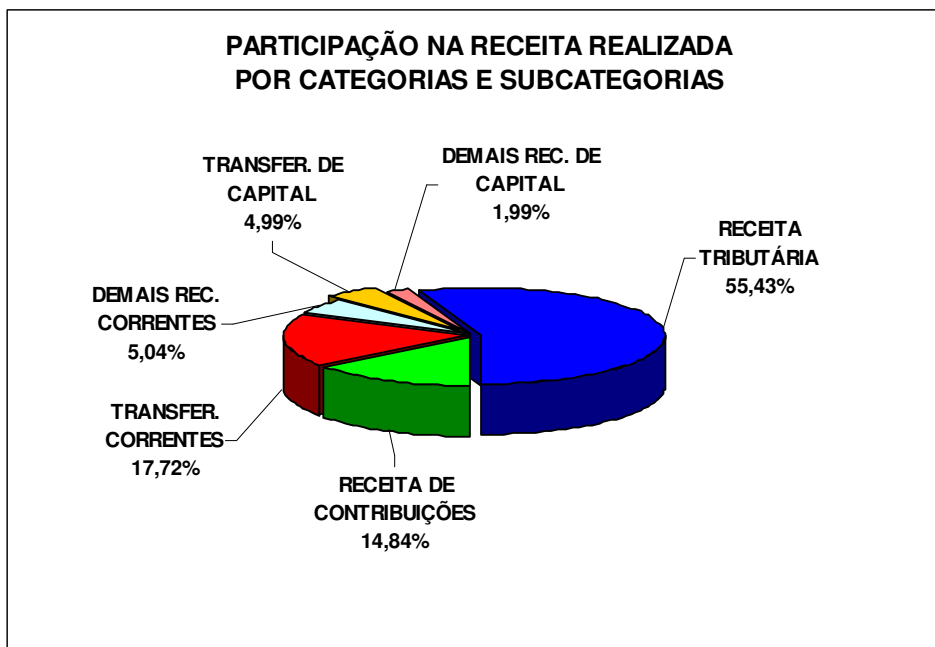
2.1. DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

A Receita Orçamentária tem como principal componente as Receitas Correntes, por estarem nelas incluídas as duas maiores fontes de receita do Estado (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e Fundo de Participação dos Estados - FPE), que juntas somam R\$ 2.148.556.213,76 e representam 55,75% do total das Receitas Orçamentárias (descontada as Transferências para o Fundef).

A execução da Receita Orçamentária estadual foi em termos nominais, 9,07% superior a previsão inicial das receitas de 2004.

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS		VARIÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	3.064.429.500,00	3.584.909.961,24	16,98	93,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.684.700.900,00	2.136.162.861,08	26,80	55,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	415.655.700,00	571.715.214,38	37,55	14,84
RECEITA PATRIMONIAL	36.024.700,00	26.988.429,47	-25,08	0,70
RECEITA DE SERVIÇOS	115.369.300,00	117.115.598,14	1,51	3,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	739.927.900,00	682.887.033,69	-7,71	17,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	72.751.000,00	50.040.824,48	-31,22	1,30
RECEITAS DE CAPITAL	468.837.900,00	268.775.467,74	-42,67	6,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	57.128.900,00	28.720.293,41	-49,73	0,75
ALIENAÇÃO DE BENS	191.700,00	46.651.785,55	24.235,83	1,21
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	1.512.600,00	1.111.074,44	-26,55	0,03
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	331.378.300,00	192.123.497,03	-42,02	4,99
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	78.626.400,00	168.817,31	-99,79	0,00
SUBTOTAL	3.533.267.400,00	3.853.685.428,98	9,07	100,00
SUPERÁVIT NA ARRECADAÇÃO	320.418.028,98			

FONTE: SIAFEM



2.1.1 Das Deduções ao FUNDEF

Dos valores demonstrados na previsão e execução da receita orçamentária, estão deduzidos os valores destinados ao FUNDEF da seguinte forma:

em R\$ (1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS	
	PREVISTA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	3.315.193.500,00	3.879.052.397,56
DEDUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA (ICMS)	(191.719.900,00)	(240.097.812,72)
DEDUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA CORRENTES	(59.044.100,00)	(54.044.623,60)
RECEITAS CORRENTES	3.064.429.500,00	3.584.909.961,24
RECEITAS DE CAPITAL	468.837.900,00	268.775.467,74
TOTAL LÍQUIDO DA RECEITA	3.533.267.400,00	3.853.685.428,98

FONTE: SIAFEM

2.1.2 Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram uma arrecadação de R\$ 3.584.909.961,24, participando com um percentual de 93,03% da arrecadação do Estado, sendo superior à previsão orçamentária inicial em R\$ 520.480.461,24.

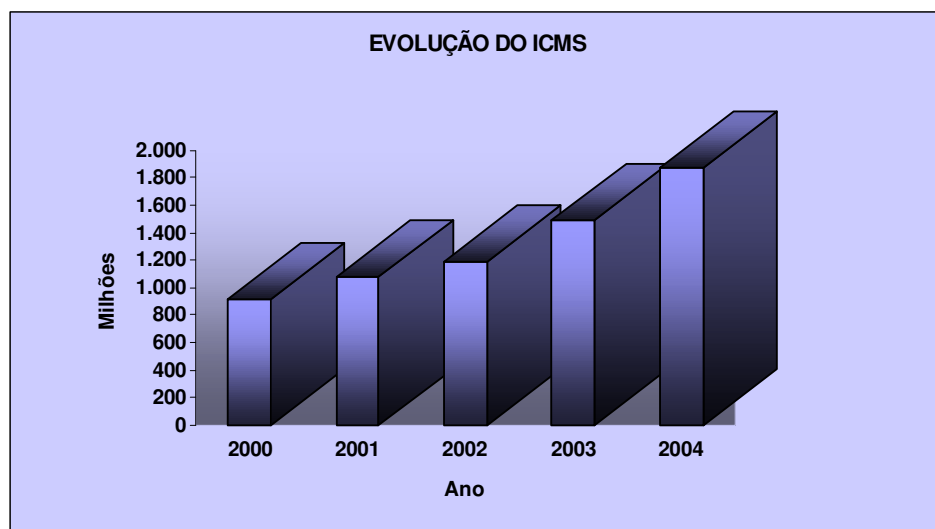
2.1.2.1. Receita Tributária

O conjunto da Receita Tributária apresentou um incremento nominal de 26,81%, em relação ao exercício de 2003, passando de R\$ 1.684.540.280,32 para R\$ 2.136.162.861,08.

RECEITAS	ANO		EVOLUÇÃO 2003/2004	PARTICIPAÇÃO 2004
	2003	2004		
ICMS	1.495.103.758,04	1.877.533.380,28	25,58	87,89
IRRF	82.025.421,59	124.296.964,98	51,53	5,82
IPVA	65.792.916,74	87.488.264,10	32,98	4,10
TAXAS	23.260.118,59	26.541.999,67	14,11	1,24
ITCD	18.388.065,36	20.302.252,05	10,41	0,95
TOTAL	1.684.570.280,32	2.136.162.861,08	26,81	100

FONTE: SIAFEM

A principal origem de arrecadação das receitas tributárias é o ICMS, com valor arrecadado de R\$ 1.877.533.380,28, deduzido o repasse ao FUNDEF. Em termos nominais, o ICMS teve em relação ao exercício de 2003, um aumento de 25,58%. Conforme demonstra o gráfico abaixo, o Estado vem mantendo crescimento acentuado desse tributo.



2.1.3. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, que teve uma previsão inicial de receita no valor de R\$ 468.837.900,00, encerrou o ano com um volume arrecadado de R\$ 268.775.467,74. Esse resultado foi inferior ao

estimado em 42,67%. Tendo sido fortemente impactado pela não confirmação das receitas de transferências de convênios previstas nas Transferências de Capital, cuja execução teve um resultado negativo de R\$ 130.985.931,83.

2.2 DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Na Execução da Receita Orçamentária da Administração Direta, demonstrada no quadro abaixo, verificamos que houve excesso de arrecadação das receitas em 10,05%. Esse excesso deve-se principalmente ao incremento na arrecadação das receitas tributárias, que corresponderam a 27,00% do total previsto para arrecadação dessa receita.

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS		VARIÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	2.401.357.500,00	2.774.240.854,00	15,53	95,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.669.193.500,00	2.119.913.944,73	27,00	73,01
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	19.956.800,00	7.723.202,90	-61,30	0,27
RECEITA DE SERVIÇOS	-	11.360,00	-	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	660.112.800,00	601.663.279,10	-8,85	20,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.094.400,00	44.929.067,27	-13,75	1,55
RECEITAS DE CAPITAL	237.194.500,00	129.471.364,39	-45,42	4,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	27.997.600,00	28.720.293,41	2,58	0,99
ALIENAÇÃO DE BENS	189.900,00	46.116.270,25	24.184,50	1,59
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	1.512.600,00	724.969,06	-52,07	0,02
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	140.468.000,00	53.909.831,67	-61,62	1,86
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	67.026.400,00	-	-100,00	0,00
SUBTOTAL	2.638.552.000,00	2.903.712.218,39	10,05	100,00

FONTE: SIAFEM

2.3 DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS		VARIACÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	663.072.000,00	810.669.107,24	22,26	85,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.507.400,00	16.248.916,35	4,78	1,71
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	415.655.700,00	571.715.214,38	37,55	60,18
RECEITA PATRIMONIAL	16.067.900,00	19.265.226,57	19,90	2,03
RECEITA DE SERVIÇOS	115.369.300,00	117.104.238,14	1,50	12,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	79.815.100,00	81.223.754,59	1,76	8,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.656.600,00	5.111.757,21	-75,25	0,54
RECEITAS DE CAPITAL	231.643.400,00	139.304.103,35	-39,86	14,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29.131.300,00	-	-100,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.800,00	535.515,30	29.650,85	0,06
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	-	386.105,38	-	0,04
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	190.910.300,00	138.213.665,36	-27,60	14,55
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	11.600.000,00	168.817,31	-98,54	0,02
SUBTOTAL	894.715.400,00	949.973.210,59	6,18	100,00

2.4. DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

A Despesa Realizada no Estado, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2004 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 3.919.006.252,09, correspondendo a 81,08 % da despesa autorizada, que foi R\$ 4.833.796.156,15. Deste modo, o Estado obteve economia orçamentária de R\$ 914.789.904,06.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, a despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

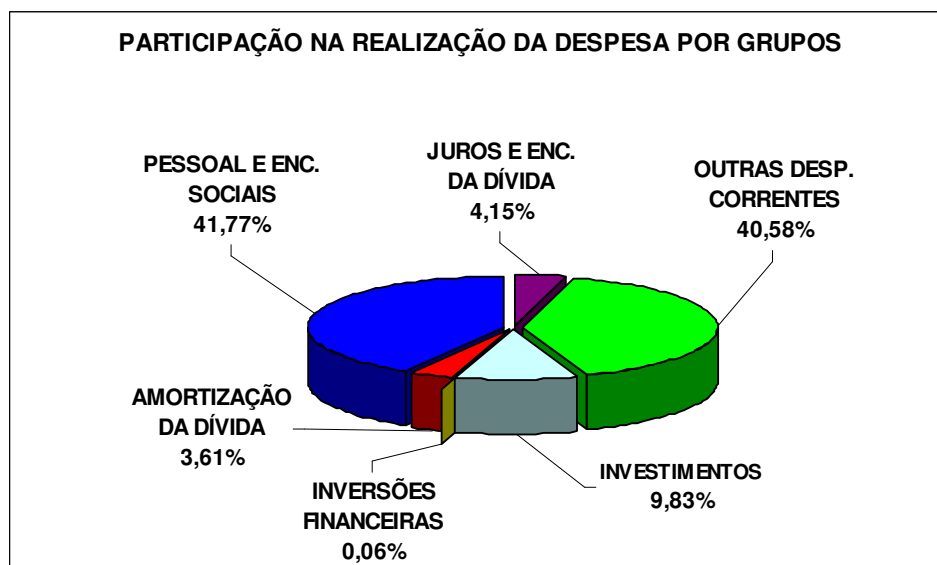
GRUPO	FONTES			em R\$ (1,00)
	FIXADA ¹	AUTORIZADA ²	REALIZADA ³	REALIZAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	2.834.089.380,00	3.795.656.210,15	3.389.910.640,31	89,31
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	1.360.463.600,00	1.679.387.896,59	1.637.159.080,01	97,49
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	117.550.900,00	256.578.800,00	162.569.513,30	63,36
OUTRAS DESP. CORRENTES	1.356.074.880,00	1.859.689.513,56	1.590.182.047,00	85,51
DESPESAS DE CAPITAL	675.457.220,00	1.014.419.146,00	529.095.611,78	52,16
INVESTIMENTOS	537.261.720,00	772.257.950,00	384.975.779,65	49,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	964.200,00	3.789.996,00	2.481.384,02	65,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	137.231.300,00	238.371.200,00	141.638.448,11	59,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.720.800,00	23.720.800,00	-	-
TOTAL	3.533.267.400,00	4.833.796.156,15	3.919.006.252,09	81,08

FONTE: SIAFEM

¹ Dotação Inicial - Lei Orçamentária 2004

² Dotação Inicial + Créditos Adicionais

³ Despesa Empenhada



A participação dos Poderes do Estado e de seus respectivos rgãos e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada no quadro seguinte:

PODERES	FONTES		em R\$ (1,00)
	AUTORIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO %
PODER LEGISLATIVO	201.206.300,00	200.042.477,00	5,10
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	135.113.100,00	134.045.096,51	3,42
TRIBUNAL DE CONTAS	65.753.100,00	65.725.294,03	1,68
FUNDO	340.100,00	272.086,46	0,01
PODER JUDICIÁRIO	196.105.611,89	188.922.484,82	4,82
TRIBUNAL DE JUSTICA	168.600.400,00	168.064.787,77	4,29
FUNDO	27.505.211,89	20.857.697,05	0,53
MINISTÉRIO PÚBLICO	81.126.000,00	80.878.963,98	2,06
PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	80.591.000,00	80.407.443,25	2,05
FUNDOS	535.000,00	471.520,73	0,01
PODER EXECUTIVO	4.355.358.244,26	3.449.162.326,29	88,01
SECRETARIAS	2.427.428.824,15	2.179.435.465,02	55,61
FUNDOS	435.333.610,19	486.199.236,90	12,41
FUNDAÇÕES	168.290.172,94	145.211.562,55	3,71
EMPRESAS PÚBLICAS	9.217.685,52	5.715.942,15	0,15
ECONOMIA MISTA	72.006.700,00	-	-
AUTARQUIAS	1.219.360.451,46	632.600.119,67	16,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.720.800,00	-	-
TOTAL	4.833.796.156,15	3.919.006.252,09	100,00

FONTE: SIAFEM



2.5. EXECUÇÃO DA DESPESA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

2.5.1 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

O comparativo da despesa executada em relação ao total realizado está demonstrada da seguinte forma:

GRUPO	FONTES			em R\$ (1,00)
	AUTORIZADA	REALIZADA	SALDO	REALIZAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	2.506.190.551,42	2.426.120.570,13	80.069.981,29	92,33
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	1.060.239.399,40	1.038.097.110,39	22.142.289,01	39,51
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	178.927.600,00	162.569.513,30	16.358.086,70	6,19
OUTRAS DESP. CORRENTES	1.267.023.552,02	1.225.453.946,44	41.569.605,58	46,64
DESPESAS DE CAPITAL	371.295.872,73	201.557.516,45	169.738.356,28	7,67
INVESTIMENTOS	203.537.372,73	58.107.082,54	145.430.290,19	2,21
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.579.900,00	1.811.985,80	767.914,20	0,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	165.178.600,00	141.638.448,11	23.540.151,89	5,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.720.800,00	-	23.720.800,00	-
TOTAL	2.901.207.224,15	2.627.678.086,58	273.529.137,57	100,00

FONTE: SIAFEM

2.6. EXECUÇÃO DA DESPESA – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2.6.1 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

GRUPO	FONTES			em R\$ (1,00)
	AUTORIZADA	REALIZADA	SALDO	REALIZAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	1.289.465.658,73	963.790.070,18	325.675.588,55	74,64
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	619.148.497,19	599.061.969,62	20.086.527,57	46,39
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	77.651.200,00	-	77.651.200,00	-
OUTRAS DESP. CORRENTES	592.665.961,54	364.728.100,56	227.937.860,98	28,24
DESPESAS DE CAPITAL	643.123.273,27	327.538.095,33	315.585.177,94	25,36
INVESTIMENTOS	568.720.577,27	326.868.697,11	241.851.880,16	25,31
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.210.096,00	669.398,22	540.697,78	0,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	73.192.600,00	-	73.192.600,00	-
TOTAL	1.932.588.932,00	1.291.328.165,51	641.260.766,49	100,00

FONTE: SIAFEM

2.7 DEMONSTRATIVO DA MARGEM ORÇAMENTÁRIA

2.7.1. Evolução da Despesa Autorizada

	em R\$ (1,00)
DESPESAS	VALOR
Previsão Inicial	3.533.267.400,00
Créditos Suplementares	1.591.739.743,69
Créditos Especiais	203.582.841,00
- Lei 2.784, 19/12/03 - Dec. "O" 001, 09/01/04 (FAAF)	200.000.000,00
- Lei 2.819, 29/04/03 - Dec. "O" 046, 10/05/04 (SEJEL)	90.000,00
- Lei 2.819, 29/04/03 - Dec. "O" 062, 08/06/04 (FUNDESORTE)	3.492.841,00
(-) Cancelamento de Dotação	(494.793.828,54)
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA	4.833.796.156,15

FONTE: SECRET, DE PLANEJ. E DES. TECNOLOGIA - SEPLANCT

2.7.2. Utilização dos Créditos Suplementares

GRUPO DE DESPESA	CRÉDITOS SUPLEMENTARES				TOTAL
	SUPERÁVIT FINANCEIRO	EXCESSO DE ARRECAÇÃO	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
	INCISO I	INCISO II	INCISO III	INCISO IV	
Pessoal e Enc. Sociais		333.427.750,87	20.752.847,86		354.180.598,73
d/q Precatórios		18.645.545,00	5.819.680,00		24.465.225,00
Juros e Enc. Da Dívida		45.055.000,00	41.109.100,00		86.164.100,00
Outras Desp. Correntes	71.711,89	503.277.295,83	218.288.961,73		721.637.969,45
d/q Precatórios		90.000,00	193.100,00		283.100,00
d/q Transf. A Municípios		288.604.750,00			288.604.750,00
Investimentos		170.807.202,06	182.466.477,95	3.374.995,50	356.648.675,51
d/q Precatórios					-
d/q Transf. A Municípios		488.000,00			488.000,00
Outras Desp. de Capital		619.000,00	2.943.600,00		3.562.600,00
Amortização da Dívida		43.895.800,00	25.650.000,00		69.545.800,00
Serviço da Dívida		43.895.800,00	25.650.000,00		69.545.800,00
TOTAL	71.711,89	1.097.082.048,76	491.210.987,54	3.374.995,50	1.591.739.743,69

FONTE: SECRET, DE PLANEJ. E DES. TECNOLOGIA - SEPLANCT

2.7.3 Cálculo da Margem Orçamentária

MARGEM ORÇAMENTÁRIA		CÁLCULO DA MARGEM ORÇAMENTÁRIA	
Créditos Suplementares	1.591.739.743,69	Previsão Inicial da Despesa	3.533.267.400,00
(-) Inciso II	1.097.082.048,76	Orçamento Fiscal	2.785.864.200,00
(-) Inciso IV	3.374.995,50	Orçamento da Seguridade Social	675.396.500,00
SUBTOTAL	491.282.699,43	Orçamento de Investimentos	72.006.700,00
(-) Pessoal e Enc. Sociais (Inc.III)	20.752.847,86	* Margem Orçamentária (25%)	883.316.850,00
(-) Juros e Serv. Da Dívida (Inc.III)	66.759.100,00	Abertura de Crédito	403.577.651,57
(-) Precatórios (Inc. III)	193.100,00		
TOTAL P/ CALC. DA MARGEM	403.577.651,57	SALDO DA MARGEM ORÇAM.	479.739.198,43

FONTE: SECRET, DE PLANEJ. E DES. TECNOLOGIA - SEPLANCT

* Art. 9 da Lei Estadual nº 2.790, de 29.12.03

CAPITULO III**3. DOS BALANÇOS GERAIS****3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO**

O Balço Orçamentário consiste em comparar as receitas previstas com as realizadas, bem como as despesas fixadas com as executadas, e deve ser apresentado conforme anexo 12, da Lei no. 4.320/64.

ESPECIFICAÇÕES	RECEITAS		DIFERENÇA
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	
RECEITAS CORRENTES	3.064.429.500,00	3.584.909.961,24	520.480.461,24
RECEITAS DE CAPITAL	468.837.900,00	268.775.467,74	(200.062.432,26)
TOTAL	3.533.267.400,00	3.853.685.428,98	320.418.028,98
DÉFICIT		65.320.823,11	65.320.823,11
TOTAL	3.533.267.400,00	3.919.006.252,09	385.738.852,09

em R\$ (1,00)

ESPECIFICAÇÕES	DESPESAS		DIFERENÇA
	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	2.834.089.380,00	3.389.910.640,31	(555.821.260,31)
DESPESAS DE CAPITAL	675.457.220,00	529.095.611,78	146.361.608,22
RESERVA DE CONTINGENCIA	23.720.800,00	-	23.720.800,00
TOTAL	3.533.267.400,00	3.919.006.252,09	(385.738.852,09)
SUPERÁVIT			
TOTAL	3.533.267.400,00	3.919.006.252,09	(385.738.852,09)

FONTE: SIAFEM

O Balço Orçamentário Consolidado da Administração Direta juntamente com as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas, apresentou, no exercício de 2004, uma receita de R\$ 3.853.685.428,98 e uma Despesa de R\$ 3.919.006.252,09, resultando em um déficit orçamentário no valor de R\$ 65.320.823,11.

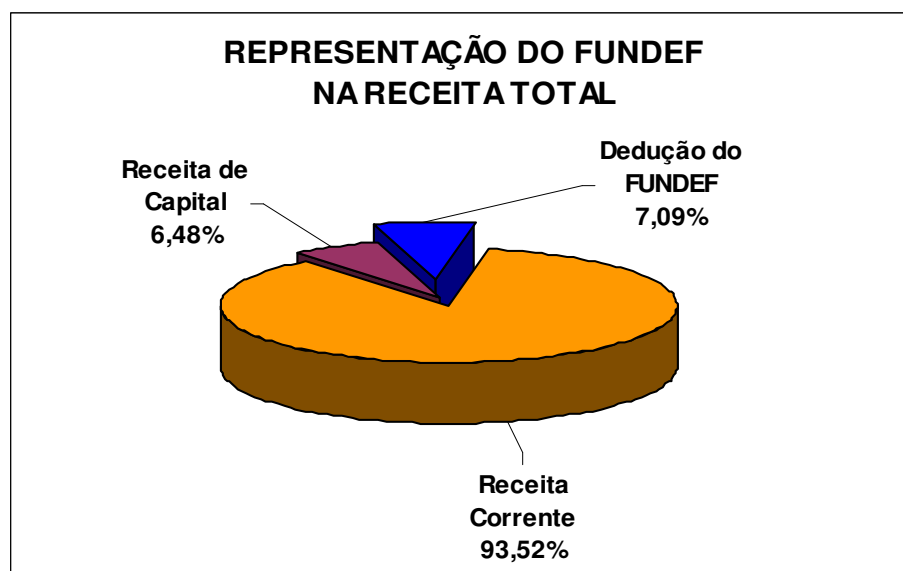
3.1.1. Demonstrativo das Deduções para o FUNDEF

A Portaria do Ministério da Fazenda n.º. 328 de 27 de agosto de 2001, estabelece que a partir do exercício de 2002 a contabilização dos recursos destinados ao FUNDEF serão por dedução da receita, conforme demonstrativo a seguir:

em R\$ (1,00)

RECEITAS	DEDUÇÃO	
	FIXADA	EXECUTADA
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	191.719.900,00	240.097.812,72
- ICMS	191.719.900,00	240.097.812,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.044.100,00	54.044.623,60
- TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	59.044.100,00	54.044.623,60
Cota Parte do FPE	50.471.500,00	47.824.015,79
Cota Parte do IPI	1.599.500,00	1.498.071,65
Lei Complem. 87/96 - Lei Kandir	6.973.100,00	4.722.536,16
TOTAL DAS DEDUÇÕES	250.764.000,00	294.142.436,32

FONTE: SIAFEM



No exercício, o Estado contribuiu com o montante de R\$ 294.142.436,32 para formação do Fundef. No entanto, recebeu como Receita de Transferência, R\$ 206.2241.342,59, conforme Anexo 10b, folha 101, gerando uma perda de R\$ 87.901.093,73.

3.2. BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

O Balanço Financeiro demonstra as Receitas e as Despesas Orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o exercício seguinte.

O Balanço financeiro deve ser apresentado conforme o Anexo 13, da Lei 4.320/64.

As Receitas e as Despesas Orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. As Receitas e as Despesas extra-orçamentárias são aquelas que se realizam independentes do orçamento. A receita extra-orçamentária representa os valores recebidos pelo Estado, e em princípio, não lhe pertencem; e a despesa extra-orçamentária corresponde ao repasse dessas receitas para quem de direito.

em R\$ (1,00)		
ESPECIFICAÇÕES	RECEITAS	DESPESAS
ORÇAMENTÁRIA	3.853.685.428,98	3.919.006.252,09
- CORRENTES	3.584.909.961,24	3.389.910.640,31
- DE CAPITAL	268.775.467,74	529.095.611,78
EXTRA - ORÇAMENTÁRIA	1.805.154.595,93	1.756.604.133,06
- CONSIGNAÇÕES	34.852.033,93	39.710.268,88
- DEPÓSITOS DIVERSAS ORIGENS	348.761.073,24	354.604.816,61
- RESTOS A PAGAR	319.766.267,16	248.329.363,44
- CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	484.912.249,19	449.940.412,32
- TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	444.269.138,69	488.902.598,89
- CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	99.899.073,51	102.040.798,00
- DEMAIS VALORES DE RECEITAS	72.694.760,21	73.075.874,92
DISPONIBILIDADE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	170.344.389,70	0,00
DISPONIBILIDADE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	153.574.029,46
TOTAL	5.829.184.414,61	5.829.184.414,61

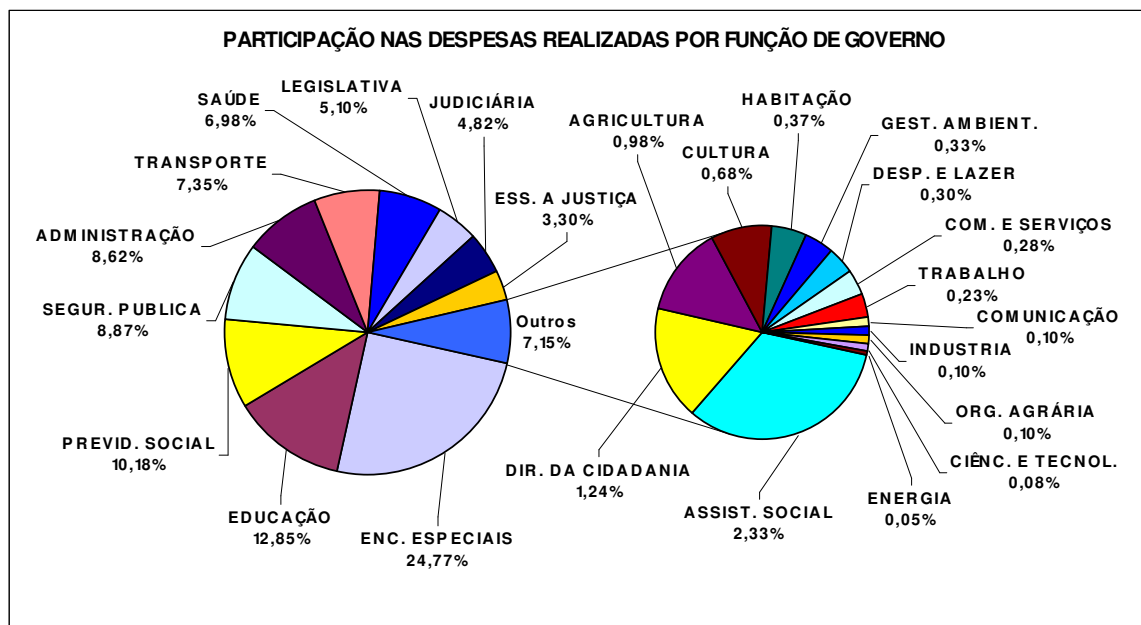
FONTE: SIAFEM

Comparando-se as Receitas e as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias, no Balanço Financeiro, o Estado apresentou no exercício, um déficit no valor de R\$ 16.770.360,24.

O comportamento das despesas realizadas, distribuídas por funções de governo, exigida pela Lei 4.320/64, do Balanço Financeiro, está apresentada no quadro abaixo:

em R\$ (1,00)			
FUNÇÃO DE GOVERNO	DESPESA REALIZADA	FUNÇÃO DE GOVERNO	DESPESA REALIZADA
LEGISLATIVA	200.042.477,00	HABITAÇÃO	14.613.571,41
JUDICIÁRIA	188.739.508,95	SANEAMENTO	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	129.408.094,86	GESTÃO AMBIENTAL	12.823.021,29
ADMINISTRAÇÃO	337.989.433,24	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.983.938,77
SEGURANÇA PÚBLICA	347.559.703,81	AGRICULTURA	38.325.673,05
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.802.788,57
ASSISTÊNCIA SOCIAL	91.297.675,72	INDÚSTRIA	3.914.373,26
PREVIDÊNCIA SOCIAL	398.978.168,37	COMÉRCIO E SERVIÇOS	10.889.533,26
SAÚDE	273.519.639,84	COMUNICAÇÃO	3.939.327,39
TRABALHO	9.151.097,95	ENERGIA	1.795.390,33
EDUCAÇÃO	503.634.770,98	TRANSPORTE	288.181.044,11
CULTURA	26.456.358,87	DESPORTO E LAZER	11.806.763,41
DIREITOS DA CIDADANIA	48.456.669,42	ENCARGOS ESPECIAIS	970.697.228,23
		TOTAL	3.919.006.252,09

FONTE: SIAFEM



Excetuando-se a função "Encargos Especiais", onde estão inclusas as despesas com Juros e Encargos da Dívida, Transferências aos Municípios entre outras, as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2004 foram: Educação, Segurança Pública e Previdência Social.

Ressalta-se que as participações acima referem-se às despesas totais, não podendo ser interpretados como os limites estabelecidos constitucionalmente, visto que estes obedecem a vinculações a receitas específicas.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial demonstra a situação econômica e financeira do patrimônio público, através dos seus bens, direitos e obrigações, bem como o saldo patrimonial, num determinado momento. Este balanço é representado conforme o Anexo 14, da lei 4.320/64.

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
FINANCEIRO	206.047.970,37	FINANCEIRO	629.107.371,60
- DISPONÍVEL	150.227.911,65	- DEPÓSITOS	89.333.568,46
- CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	55.820.058,72	- OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	539.773.803,14
PERMANENTE	3.247.448.012,23	PERMANENTE	6.280.174.693,38
- CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.686.425.033,84	- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.956.789.491,27
- BENS E VAL. EM CIRCULAÇÃO	15.378.170,80	- PROVISÕES EXTRA-ORÇAM	20.402,03
- VALORES PEND. A C. PRAZO	1.044,54	- EMPRÉSTIMOS GOVERNAMENTAIS	257.789.291,45
- REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	144.285.548,86	- OUTRAS OPERAÇÕES EXIG	65.575.508,63
- PERMANENTE	1.401.358.214,19		
SALDO PATRIMONIAL	3.455.786.082,38		
COMPENSADO	674.130.904,32	COMPENSADO	674.130.904,32
TOTAL	7.583.412.969,30	TOTAL	7.583.412.969,30

em R\$ (1,00)

No ativo financeiro do Balanço do Estado, estão contidos os créditos realizáveis a curto prazo, como saldos de bancos, órgãos arrecadadores e as aplicações financeiras.

No Ativo Permanente estão incluídos os bens, créditos e valores do Estado. Consta desses grupos a inscrição anual da Dívida Ativa de que o Estado é credor. No exercício de 2004 houve inscrições na ordem de 48% sobre a média dos três exercícios anteriores. Tal fato é responsável, em parte, pelo superávit patrimonial verificado no exercício.

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis a curto prazo e independem de autorização legislativa.

A obrigação do Estado mais representativa a curto prazo, consiste nos restos a pagar e serviços da dívida a pagar, acumulados no valor de R\$ 441.327.471,65.

O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas interna e externa, representadas por títulos ou contratos e, dependem de autorização legislativa para serem operacionalizadas.

O saldo acumulado da dívida pública deve-se principalmente aos encargos decorrentes da aplicação dos sistemas de pagamento estabelecidos nos refinanciamentos, amparado pelas leis federais n. 8.727/93 e 9.496/97 e a capitalização de novas operações de crédito.

O Passivo Compensado contém as contrapartidas dos mesmos valores registrados no Ativo Compensado.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos ocorridos no Patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração é apresentada conforme o Anexo 15, da Lei 4320/64.

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
VARIAÇÕES ATIVAS	8.992.335.353,10	VARIAÇÕES PASSIVAS	8.802.032.241,11
RESULTANTE DA EXEC ORÇ	7.935.079.517,33	RESULTANTE DA EXEC ORÇ	7.703.533.190,35
ORÇAMENTÁRIAS	3.853.685.428,98	ORÇAMENTÁRIAS	3.919.006.252,09
- Correntes	3.584.909.961,24	- Correntes	3.389.910.640,31
- De Capital	268.775.467,74	- De Capital	529.095.611,78
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.681.300.868,63	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.681.300.868,63
MUTAÇÕES ATIVAS	400.093.219,72	MUTAÇÕES PASSIVAS	103.226.069,63
INDEP. DA EXEC. ORÇAM.	1.057.255.835,77	INDEP. DA EXEC. ORÇAM.	1.098.499.050,76
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	190.620.927,07	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	190.620.927,07
ACRÉSCIMOS PATRIM.	866.634.908,70	DECRÉSCIMOS PATRIM.	907.878.123,69
TOTAL	8.992.335.353,10	TOTAL	8.802.032.241,11
DÉFICIT	0,00	SUPERÁVIT	190.303.111,99
TOTAL	8.992.335.353,10	TOTAL	8.992.335.353,10

em R\$ (1,00)

FONTE: SIAFEM

Observando-se o superávit patrimonial, pode-se constatar que este resultado é em parte, decorrente da Incorporação e Atualização da Dívida Ativa nas Variações Ativas, que apresenta um valor expressivo, superando assim, os valores apresentados nas contas de Variações Passivas.

CAPÍTULO IV

4. DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

A RCL serve como base para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias, das operações de crédito e da despesa com serviços de terceiros.

A RCL corresponde basicamente ao total da receita corrente arrecadada por todos os Poderes do Estado, deduzida a parcela transferência aos Municípios, por imposição constitucional (25% do ICMS e 50% do IPVA). As demais deduções, apresentadas no quadro da RCL, constituem duplicidades contábeis de receita.

A RCL apurada em dezembro de 2004 foi 22,02% maior à verificada no final de 2003, totalizando R\$ 2.591 milhões.

RECEITAS CORRENTES	REALIZADOS		R\$ Mil CRESCIM.
	2003	2004	%
Receita Tributária	1.872.896	2.376.261	26,88
d/q ICMS	1.683.460	2.117.632	25,79
d/q IPVA	65.763	87.486	33,03
Receita de Contribuições	455.884	571.715	25,41
Receita Patrimonial	46.799	26.988	(42,33)
Receita Serviços	94.219	117.115	24,30
Transferências Correntes	636.543	736.932	15,77
d/q Cota Parte FPE	289.269	318.846	10,22
Outras Receitas Correntes	41.639	50.041	20,18
TOTAL (I)	3.147.980	3.879.052	23,22
DEDUÇÕES			
Transferências Constituc. e Legais	470.927	599.481	27,30
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	312.536	386.842	23,78
Compensação Financ. Regimes Previd.	724	5.676	684,04
Dedução do FUNDEF	240.243	295.848	23,15
TOTAL (II)	1.024.430	1.287.847	25,71
RCL(I-II)	2.123.550	2.591.205	22,02

FONTES: SIAFEM

4.2. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Em 2004 as despesas executadas pelo Fundo de Previdência do Estado - MS-PREV foram menores que as receitas previdenciárias em R\$ 3 milhões, ocasionando superávit na arrecadação das receitas.

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$ Milhares REALIZADAS	
	2003	2004
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	312.537	392.519
RECEITA PATRIMONIAL	959	343
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	745	56
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	314.241	392.918

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	LIQUIDADAS	
	2003	2004
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.018	8.342
PREVIDÊNCIA SOCIAL	328.608	381.617
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	333.626	389.959

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	(19.385)	2.959
--	-----------------	--------------

FONTE: SIAFEM

4.3. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF estabeleceu como parâmetro para acompanhar as despesas de pessoal, a sua comparação, em termos percentuais, com a Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado.

A comparação entre as despesas de pessoal e RCL leva em conta um período de 12 meses. Deste modo, a despesa com pessoal dos três poderes do Estado além do Ministério Público, no ano de 2004, correspondeu a 45,62% da RCL anual. Esse índice registrou redução de 1,11 pontos percentuais em relação ao apurado no final de 2003, permanecendo significativamente abaixo dos limites permitido pela LRF, de 60% da RCL como limite máximo, e de 57% da RCL como limite prudencial.

Quanto ao Poder Executivo, o índice verificado foi de 37,04%, também notadamente abaixo do limite máximo (49%) e do prudencial (46,55%).

DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL - EXERC. 2003	PODERES				R\$ Milhares
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MIN. PÚBLICO	TOTAL
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	959.879	64.914	113.496	43.651	1.181.940
Pessoal Ativo	984.404	71.684	144.670	51.075	1.251.833
Pessoal Inativo e Pensionistas	384.718				384.718
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	409.244	6.770	31.174	7.423	454.611
(-) Indeniz. por Demissão e Incent. à Dem. Voluntária	757	-	-	-	757
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	24.006	-	159	-	24.165
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	8.781	2.948	19.481	-	31.209
(-) Inativos com Recursos Vinculados	375.699	-	-	-	375.699
(-) Imposto de Renda	-	3.822	11.534	7.423	22.779
OUTRAS DESP. DE PESSOAL DECOR. TERCEIRIZ.	-	289			289
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	959.879	65.203	113.496	43.651	1.182.229
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)			2.591.205		
TOTAL DA DESP. LÍQUIDA COM PESSOAL/RCL (%)	37,04	2,52	4,38	1,68	45,62
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.269.690	77.736	155.472	51.824	1.554.723
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - <95%>	1.206.206	73.849	147.699	49.233	1.476.987

FONTE: SIAFEM/ PODER LEGISLATIVO, PODER JUDICIÁRIO E MINIST. PÚBLICO.

4.4. DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde à dívida pública consolidada deduzido o Ativo Disponível e os Haveres Financeiros, quando possuírem valores maiores que os Restos a Pagar Processados.

A DCL de 31.12.2004 aumentou R\$ 339.054 milhões em relação à dívida registrada no final do exercício de 2003, passando de R\$ 5.662 milhões para R\$ 6.001 milhões. O comportamento ascendente da dívida estadual de 2004 foi influenciado principalmente em função da dívida refinanciada pela União, que aumentou R\$ 252 milhões. As novas operações de crédito, por sua vez, responderam pelo aumento de R\$ 29 milhões no estoque da dívida do Estado, dos quais R\$ 20 milhões foram destinados a obras de rodovias no sul do Estado, financiadas pelo Fonplata, e R\$ 9 milhões ao programa de modernização fazendária estadual.

A LRF prevê acompanhamento da DCL em relação à RCL, por meio do índice dívida-receita (DCL/RCL). A LRF estabeleceu ainda uma trajetória obrigatória de redução de dívida ao longo de quinze anos. Assim, Estados cuja estoque de dívida ultrapasse 2 vezes a RCL devem eliminar esse excesso na razão de 1/15 por ano. De acordo com essa trajetória, a relação dívida-receita do Estado, para o final de 2004, não poderia ultrapassar a 2,75 vezes.

O exercício de 2004 registrou evolução favorável da dívida em relação à receita. Tal foi observado em razão de a RCL crescer 22,02% entre os exercícios de 2003 e 2004, e a dívida haver aumentado 5,99%, conforme apontado no parágrafo anterior. Disso decorreu a redução do índice dívida-receita: no final de 2003, a dívida estadual correspondia a 2,66 vezes a RCL e, no final de 2004, passou a corresponder a 2,31 vezes.

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhares	
	SALDO DO EXERCÍCIO	
	2003	2004
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.450.997	5.707.478
Dívida Contratual	5.616.924	5.956.789
Parcelamentos com a União	45.277	44.465
De Contribuições Sociais (INSS)	45.277	44.465
DEDUÇÕES (II)¹	-	-
Ativo Disponível	163.788	150.228
(-) Restos a Pagar Processados	326.840	375.831
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	217.664	163.052
Insuficiência Financeira	163.052	225.603
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	5.662.201	6.001.255
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.123.550	2.591.205
% da DCL sobre a RCL	266,64	231,60
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (200% DA RCL)	4.247.100	5.182.410
TRAJETÓRIA DE AJUSTE P/ O EXERCÍCIO	281,67	275,38

FONTE: SIAFEM

4.5. DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

DESPESA COM PESSOAL	R\$ MIL	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses	1.182.229	45,62
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.554.723	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.476.987	57,00
DÍVIDA		
Dívida Consolidada Líquida	6.001.255	231,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.182.410	200,00
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	66.751	2,58
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	570.065	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	28.720	1,11
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00
Limite Definido p/ SF Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	414.593	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da F	181.384	7,00
SALDO DOS RESTOS A PAGAR		
	PROCESSADOS	NÃO-PROCESSADOS
Poder Executivo	351.548	60.404
Poder Legislativo	8.037	0
Poder Judiciário	8.985	3.689
Ministério Público	7.260	1.403
total dos Restos a Pagar	375.831	65.496
DESPESAS COM AÇÕES SERV. SAÚDE		
	VALOR APURADO NO ANO	% APLICADO NO ANO
Despesas Próprias com Saúde	340.146	11,99
DESPESAS C/ MANUT. E DESENV. DO ENSINO		
	VALOR APURADO NO ANO	% APLICADO NO ANO
Mínimo dos Impostos na Manut. e Desenv. do Ensino - MDE (25%)	2.175.573	31,90
Mínimo das Despesas com MDE no Ensino Fundamental (60%)	463.966	85,30
Mínimo do FUNDEF na Remuner. Professores Ens. Fundam. (60%)	236.230	100,00

FONTE: SIAFEM

AGRADECIMENTOS

A Auditoria Geral do Estado, através da Coordenadoria de Contabilidade, agradece a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho, ajudando-nos a cumprir o dever de tornar público o Balanço Geral do Estado de Mato Grosso do Sul.

RÉDEL FURTADO NERES

Auditor Geral do Estado

VICENTE HIROYUKI YASUNAKA

Coordenador de Contabilidade

Contador CRCMS 006655/O-1

ANEXOS